

RELATÓRIO AUDITORIA DA FIC – 2020

I. SUMARIO EXECUTIVO:

1.1 ÓRGÃOS SOCIAIS

- 1.1.1 Tomamos conhecimento das decisões da Assembleia-geral na sua sessão de Setembro de 2020 para apreciação do Relatório & Contas de 2019.
- 1.1.2 Apreciamos igualmente o conteúdo das atas do Conselho de Administração e tomamos boa nota das decisões tomadas, nomeadamente a preocupação e procura de alternativas para o impacto negativo da pandemia na actividade da empresa em 2020.
- 1.1.3 Tivemos encontros de trabalho com o *staff* executivo da FIC - PCA em 2020 (entretanto demissionário a partir de Janeiro de 2021) e Diretora Administrativa e Financeira - para conhecimento de detalhes da atividade da empresa no exercício findo em Dezembro de 2020.
- 1.1.4 Fiscalização:
- Não nos foi fornecido qualquer informação que tenha sido produzida pelo F. Único e respeitante ao ano de 2020.
 - O artigo 332º nº 2 do Código das Sociedade Comerciais determina que os membros do conselho fiscal/fiscal único devem ser peçoas singulares com capacidade jurídica plena. Ora, na FIC a função de fiscal único foi atribuída contratualmente à sociedade FINGER, LDA e é desempenhada pelo auditor certificado Manuel José Monteiro. Por este motivo:
 - A remuneração dessa função está a ser *indevidamente facturada* como honorários por serviço prestado pela FINGER, sujeita à liquidação do IVA.
 - Essa situação contraria a lei fiscal (artigo 2º nº 1 alínea b) do CIRPS), que determina que os membros dos órgãos sociais devam ser considerados *trabalhadores dependentes* e em consequência submetidos ao regime fiscal aplicável.

1.2 DESEMPENHO DE 2020 (ANEXO II - Valores em contos)

1.2.1 RENDIMENTOS OPERACIONAIS – 1.740 cts

Em ambiente da pandemia, a FIC não pôde realizar a FEIRA de 2020. Nessas circunstâncias não obteve rendimento algum da sua actividade normal. Recebeu subsídios do Estado para cobertura de gastos com a renda do escritório e auditoria externa. A queda de rendimentos de exploração foi cerca de 21.000 cts (- 99,5 %).

1.2.2 GASTOS OPERACIONAIS – 20.819 cts

Constatou-se uma redução de 6.587 cts nos gastos totais, mormente em Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos c/Pessoal (ver detalhes na nota 5.1 a

seguir). Sem actividades de exploração geradora de rendimentos, os gastos variáveis (próprios da organização da feira) diminuíram, mas os fixos (de funcionamento da estrutura fixa), mantiveram-se.

1.2.3 RESULTADOS (Antes IRPC) – menos 19.080 cts

O resultado operacional bruto (exploração) foi de 1.740 cts (inclui 1.645 cts de subsídios do ESTADO). Em 2019 tinha sido de 20.207 cts. A redução foi de 18.467 cts (91 % a menos).

Com a influência dos gastos de funcionamento, os resultados antes IRPC caíram para - 19.080 cts (prejuízos). Em 2019 o prejuízo foi de 5.780 cts

1.3 **SITUAÇÃO FINANCEIRA (ANEXO I - Valores em contos)**

1.3.1 **ATIVO LÍQUIDO – 25.484 cts**

a) Diminuiu 18.335 cts. As rubricas patrimoniais com maior peso no total do Ativo Líquido são:

- AFT (53 %) 13.541 cts
- MEIOS MONETÁRIOS (20%) 5.185 cts
- INVENTÁRIOS (15 %) 3.817 cts
- CONTAS A RECEBER (11%) 2.746 cts

b) Do total das “Contas a Receber”, 2.184 cts representam dívidas dos clientes líquido de imparidades (3.210 cts – 1.026 cts)

c) As rubricas do activo que maiores variações sofreram foram:

- MEIOS MONETÁRIOS - 16.527 cts (entradas irrelevantes)
- AFT - 3.549 cts (depreciações)
- INVENTÁRIOS + 2.083 cts (compras não consumidas)

1.3.2 **PASSIVO TOTAL – 37.619 cts**

a) O PASSIVO total aumentou 444 cts em 2020. Os saldos mais relevantes são:

- EOEP (57 %) 21.539 cts
- Fornecedores (17 %) 6.540 cts
- Provisões (20 %) 7.438 cts

b) Dos FORNECEDORES a aguardar pagamento, destaca-se a EXPOMUNDO, cujo crédito ascende a 6.321 cts e vem de 2015. Em resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos, o advogado do fornecedor informou-nos ontem, dia 5 de Maio de 2021, que: *já se encontra mandatado advogado em Cabo Verde para apresentar o processo em Tribunal, apenas se ficando a dever à pandemia que assolou o mundo, este atraso na demanda. Alerto igualmente, para a cláusula de penalização constante do contrato, a qual igualmente irá ser exigida judicialmente. Contudo, a m/cliente está disponível para receber, de imediato e sem juros o montante em dívida, mediante acordo extrajudicial.* A prudência

FIC - ZONA FRANCA COMERCIAL DE CABO VERDE, S.A.

ANEXO I

CONTAS DO BALANÇO	NOTAS	31-12-2020	31-12-2019	VAR 2020/2019	
				VALOR	%
Caixa	4.4.1	10	10	0	0,0%
Dep. A Ordem	4.4.2	5.175	21.703	-16.527	-76,2%
MEIOS MONETARIOS	4.4	5.185	21.713	-16.527	-76,1%
Clientes	4.2	3.210	3.322	-112	-3,4%
Imparidades Acum. Clientes		-1.026	-610	-415	168,0%
Fornecedores		55	0	55	100,0%
Estado e Entes Públicos		223	0	223	100,0%
Accionistas c/gerais	4.3	280	300	-20	-6,7%
Pessoal		3	0	3	100,0%
CONTAS A RECEBER		2.746	3.011	-266	-8,8%
Out. Produtos Consumo		3.817	1.734	2.083	120,1%
INVENTARIOS	2.3	3.817	1.734	2.083	120,1%
Equipamento Basico		44.860	44.776	84	0,2%
Equipamento Transporte		3.658	3.658	0	0,0%
Equipamento Administrativo		5.758	5.623	135	2,4%
Outros Activos Fixos Tangíveis		3.083	2.957	126	4,3%
Depreciaç. Acum. Imob. Corp.		-43.819	-39.925	-3.895	9,8%
Activo Fixo Tangível		13.541	17.090	-3.549	-20,8%
AFTANGIVEL + INV EM CURSO	4.1.1	13.541	17.090	-3.549	-20,8%
Activo Intangível		1.394	1.394	0	0,0%
Depreciaç. Acum. Activos Intangiveis		-1.394	-1.309	-85	6,5%
Activo Intangível	4.1.2	0	85	-85	-100,0%
INVESTIMENTOS TOTAIS		13.541	17.175	-3.634	-21,2%
Gastos a Reconhecer	4.5.1	196	186	10	5,3%
ACTIVO LIQUIDO		25.484	43.819	-18.335	-41,8%
Clientes	3.1	74	74	0	0,0%
Fornecedores	2.2	6.540	6.540	-1	0,0%
EOEP - Outros	3.5	21.539	21.785	-247	-1,1%
Outras contas a Pagar	3.2	883	655	228	34,7%
Pessoal	3.3	1.026	1.019	6	0,6%
Rendimentos a Reconhecer	4.5.2	120	200	-80	-40,0%
Provisão para Riscos e encargos	3.4	7.438	6.900	537	7,8%
Passivo		37.619	37.175	444	1,2%
Capital Social Estatutário	1.1 a)	20.000	20.000	0	0,0%
Accionistas - Capital por Realizar		-4.000	-4.000	0	0,0%
Excedentes de Revalorização	1.1 b)	788	900	-113	-12,5%
Resultados Transitados	1.1 c)	-9.843	-4.474	-5.369	120,0%
Resultados Liquidos Período		-19.079	-5.782	-13.297	230,0%
Capital e Resultados		-12.134	6.644	-18.779	-282,6%
PASSIVO E CAP. PROPRIO		25.484	43.819	-18.335	-41,8%



FIC - ZONA FRANCA COMERCIAL DE CABO VERDE, S.A.
ANEXO II

EM CONTOS 12 12

RESULTADOS	NOTAS	2020	2019	VARIACÃO 2020/2019		media mensal	
				VALOR	%	2020	2019
Prestação de Serviços	5.2.1	96	20.738	-20.642	-99,5%	8	1.728
		96	20.738	-20.642	-99,5%	8	1.728
RENDIM ACTIV. PRINCIPAL		96	20.738	-20.642	-99,5%	8	1.728
Outros Rendimentos (Ex. Financeiros)	5.2.2	1.645	886	758	85,6%	13	74
TOTAL RENDIM (EXCEP FIN)		1.740	21.624	-19.884	-92,0%	21	1.802
Gastos com Invent Vend. e Consumidos	2.4	0	1.417	-1.417	-100,0%	0	118
Resultado Operacional Bruto		1.740	20.207	-18.467	-91,4%	21	1.684
Fornecimentos Externos	5.1.2	3.701	6.078	-2.377	-39,1%	184	507
Gastos C/Pessoal	5.1.3	12.155	13.994	-1.839	-13,1%	1.013	1.166
Gastos de Depreciação Exercício	4.1.3	3.980	4.677	-697	-14,9%	332	390
Imparidades (Dívidas de Clientes)	4.2	415	610	-195	-32,0%	0	51
Provisões	5.1.6	537	537	0	0,0%	0	45
Impostos e Taxas	5.1.7	13	5	8	156,8%	0	0
Outros Gastos (Excepto Financeiros)		18	87	-69	-79,2%	2	7
3 Gastos Funcion.		20.819	25.989	-5.170	-19,9%	1.531	2.166
4= Total Gastos Operac. (2+3)		20.819	27.406	-6.587	-24,0%	1.531	2.284
5 = RES OPERAC. (1-4)		-19.079	-5.782	-13.297	230,0%	-1.510	-482
9 = Res Ant Impostos (7+8)		-19.079	-5.782	-13.297	230,0%	-1.510	-482
10= Estimativa IUR		0	0	0	0,0%	0	0
11 = RES Pós Impostos (9-10)		-19.079	-5.782	-13.297	230,0%	-1.510	-482

CONSUMOS E VARIACÃO PRODUÇÃO		2020 (2)	2019 (4)	VAR. 2020/2019	
				(5) = (2) - (4)	%
OUTROS PRODUTOS DE CONSUMO					
existencia inicial		1.734	854	880	103%
compras	2.1	2.151	2.297	-146	-6%
regulari existencias		-	-	0	0
existencia final	2.3	(3.885)	(1.734)	-2.151	124%
		-	1.417	(1.417)	-100%
TOTAL CEVC	2.4	-	1.417	(1.417)	-100%
		-	1.417	(1.417)	-100%



recomenda o reconhecimento desses juros, pois se a obrigação de pagar for confirmada judicialmente (e no nosso entender há registos e documentos que podem conduzir a esse reconhecimento), o pagamento dos juros será uma obrigação incontornável, como aliás nos confirmou o advogado da FIC, a nosso pedido.

- c) As PROVISÕES aumentaram 537 cts com a actualização dos juros de mora da dívida da EXPOMUNDO). O saldo acumulado das provisões é composto por:
- 1.155 cts: processos judiciais dos ex-administradores,
 - 3.328 cts: juros sobre dívidas fiscais (valor a confirmar)
 - 2.955 cts: estimativa de juros de mora s/a dívida ao fornecedor Expomundo.

1.3.3 CAPITAL PRÓPRIO – Negativo = a 12.134 cts:

- a) A FIC SA foi constituída no ano 2000, com um capital social de 20.000 contos, subscritos pelo ESTADO (80%) e pelo IADE (20%). Embora os estatutos da sociedade refiram no seu artigo 4 que o capital social estava totalmente subscrito e integralmente realizado em dinheiro no acto da constituição, vinte anos depois ainda se encontra por realizar um montante de 4.000 contos.
- b) Com um C. Social realizado de 16.000 cts e um valor de C. Próprio igual a -12.134 cts, a situação de falência da sociedade é um facto incontornável, exigindo a lei uma intervenção imediata do seu Conselho de Administração e accionistas

II. INFORMAÇÕES DETALHADAS DAS CONTAS DE 2020 (ANEXO III)

O detalhe do exame feito às contas consta do ANEXO III.

Contém o suporte das conclusões apresentadas no capítulo anterior – SUMARIO EXECUTIVO – e pormenores das contas. As DFIN que anexamos representam as contas finais após a realização da auditoria de 2020.

Mindelo, 06 de Maio de 2021



DETALHE INFORMAÇÕES DO EXAME DAS CONTAS DE 2020

(NOTAS INDEXADAS aos ANEXOS I e II)

I. CAPITAL PRÓPRIO E ACCIONISTAS

1.1 CAPITAL PRÓPRIO, ACCIONISTAS

- a) CAPITAL SOCIAL - A FIC SA foi constituída no ano de 2000 com um capital social de 20.000 contos, subscritos pelo ESTADO (80%) e pelo IADE (20%). Embora os estatutos da sociedade refiram no seu artigo 4 que o capital social estava integralmente realizado em dinheiro a verdade é que a realização *só ficou parcialmente resolvida* no exercício de 2017 com o encontro de contas com dívidas fiscais.
- b) O EXCEDENTE DE REAVALIAÇÃO no montante de 788 cts, corresponde a parte da reavaliação da viatura Ford SV-90-DU, efetuada em 2019. Em 2020 foi transferido para resultados transitados, o montante de 113 cts correspondente ao valor da depreciação do ano, conforme parágrafo 41 da NRF 7 “Norma de Relato Financeiro – Ativos Fixos Tangíveis”.
- c) Os RESULTADOS TRANSITADOS totalizam 9.843 contos. A conta transitou de 2019 com um saldo devedor de 4.474 e em 2020 recebeu os seguintes movimentos:
- A crédito: 300 cts da comparticipação do Estado na auditoria às contas de 2018 e 113 cts do excedente de reavaliação da viatura SV-90-DU.
 - A débito: 5.782 cts dos prejuízos de 2019;
- d) A dívida dos ACCIONISTAS em sede de realização do C Social é de 4.000 cts: 3.700 cts do Estado e 300 cts do IADE/CVTraining

II. COMPRAS, FORNECEDORES, CONSUMOS E INVENTÁRIOS

2.1 COMPRAS – 2.083 cts

Colocadas no início de 2020, ainda numa expectativa de realização da FEIRA que a pandemia não tornou possível concretizar, o total os bens adquiridos ficaram em armazém porque não houve consumo.

2.2 FORNECEDORES – 6.540 cts

- a) Fornecedores nacionais e estrangeiros:
- EXPOMUNDO - 6.321 cts
 - VARELA C - 155 cts
 - SINTIMEX - 45 cts
 - CABO VERDE TELECOM - 16 cts
 - ALUCAR, SA - 3 cts

- b) A dívida a Varela C refere-se a estimativa de serviços prestados à FIC em 2019 ainda aguardando fatura para encontro contas com um seu saldo em aberto na conta de clientes.
- c) A dívida à SINTIMEX é o remanescente de um encontro de contas feito em 2018 entre um seu crédito e uma fatura da FIC.
- d) Relativamente à EXPOMUNDO ver alínea d) da nota 1.3.2 acima.

2.3 INVENTÁRIOS e CONSUMOS

Não foi efectuada contagem física dos inventários no final do ano (só terá havido entradas das compras e nenhum consumo). Da listagem que nos foi fornecida como sendo dos inventários existentes em armazém a 31/12/2020 consta:

INVENTÁRIO FINAL 2020					
ARTIGOS	MATERIAIS ANTIGOS (ANT.2019)		MATERIAIS NOVOS		TOTAL
	QUANT.	P.UNIT.	QUANT.	P.UNIT.	
Alcatifa Cinza	5	184 087	45	963 381	1 147 469
Alcatifa Grena	0	0	49	1 026 532	1 026 532
Alcatifa Azul	3	15 878	20	19 934	446 319
Alcatifa Verde	1	50 777	0	0	50 777
Fita Cola Dupla Face	0	0	816	510 126	510 126
Fita Cola Dupla Face-Peq.	24	276	0	0	6 616
Crachá	100	15	0	0	1 544
Fita Crachá	600	38	0	0	22 693
Porta Crachás	0	0	3 000	17	50 064
Crachás Azul	0	0	1 500	42	62 580
Crachás Vermelho	0	0	1 000	42	41 721
Filme Pástico	1	41 901	5	49 382	288 813
Vinil Azul	1	11 578	60	905	65 881
Vinil Preto	1	29 772	0	0	29 772
Vinil Vermelho	0	0	20	905	18 101
Vinil Branco	0	0	20	905	18 101
Película de Plástico	1	6 561	3	7 703	29 669
TOTAL					3 816 776

III. OUTRAS CONTAS A PAGAR

3.1 CLIENTES - 74 cts

O saldo corresponde a um pagamento feito duas vezes pelo cliente ADS Group em Novembro de 2019.

3.2 OUTRAS CONTAS A PAGAR - 883 cts

Este saldo é composto por diversos pequenos saldos dos quais se destacam:

- 307 cts de acréscimos de gastos incorridos em 2020 e
- 220 cts de dívida à Unitel T+ pelos serviços mensais de telefone e telemóvel. Note-se contudo que esse fornecedor de serviços também é devedor de 352 cts pelo que se aguarda um futuro encontro contas.

3.3 PESSOAL

O normativo Cabo-verdiano estabelece que os direitos dos trabalhadores, relativamente a férias vencidas deverão ser registados à data de fecho contas. A 31.12.2020 o saldo de 1.026 cts correspondia à estimativa dos gastos com férias e encargos do pessoal referente ao ano de 2020 a serem pagos em 2021.

3.4 PROVISÕES – 7.438 cts: ver alínea c) da nota 1.3.2 acima.

3.5 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

3.4.1 CONTAS A PAGAR AO ESTADO (21.539 cts)

a) O quadro a seguir representa dívidas antigas para com a DNRE e o INPS que a FIC reconhece como *não tendo sido pagas no período devido*:

DÍVIDAS REGISTRADAS NA CONTABILIDADE EOEP		
CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
2418	INSUFICIÊNCIA ESTIMATIVA / IUR-PC PR PAGAR	6 489 616
	SALDO ANTES 2012	3 152 799
	IUR-PC DE 2012	890 470
	IUR-PC DE 2013	2 446 347
2431	IUR TRABALHO DEPENDENTE:	1 253 752
	IRPS MARÇO A DEZEMBRO DE 2013	1 166 730
	IRPS DEZEMBRO DE 2020	87 022
24321	IUR TRABALHO INDEPENDENTE:	574 504
	IRPS MARÇO A DEZEMBRO DE 2013	550 751
	IRPS DEZEMBRO DE 2020	23 753
24461	IVA A PAGAR - VAL.APURADOS	12 769 322
	IVA A PAGAR - ATE 2012	2 901 460
	IVA A PAGAR - 2013 (MAI, SET, NOV e DEZ)	4 357 008
	IVA A PAGAR - 2014 (JUL, AGO, SET e OUT)	3 397 770
	IVA A PAGAR - 2015 (MAI, JUN, JUL, AGO e SET)	1 351 362
	IVA A PAGAR - 2015 (PARTE OUTUBRO)	761 722
246	OUTROS IMPOSTOS	246 329
248	CONTRIBUIÇÕES PARA SEGURANÇA SOCIAL	191 274
	TOTAL DÍVIDAS ANTIGAS	21 222 748
	TOTAL DÍVIDAS ATUAIS	302 049
	TOTAL DÍVIDAS AO EOEP	21 524 797

b) Pedimos a confirmação da dívida de impostos à DNRE/RFSV e recebemos a certidão respectiva nº 907/2021 de Abril.

c) Mas, da reconciliação feita entre as duas fontes, chegamos à conclusão que há divergências relevantes entre os registos da FIC e os da RFSV. Concluimos que os da FIC nos dão maior confiança de rigor porque fizemos a sua conferência com documentos em arquivo. Os saldos são anteriores a 2016 e como não foram pagos, mantiveram-se inalterados. Já as informações das certidões da RFSV – de 2019 e de 2021 - sofreram alterações, não explicadas, relativamente aos valores e datas:

- O total da dívida antiga (2008 a 2015 em sede de IVA, IRPC e IRPS) contabilizado pela FIC é de 21.222.748\$00. A certidão nº 907/2021 da RFSV

refere 18.237.395\$00 (na certidão emitida em 2019 o montante era de 20.141.146\$);

- Os valores parciais por mês/ano também não coincidem: a RFSV inclui dívidas de IVA e IUR de certos meses/anos, mas, conforme a contabilidade da FIC, as mesmas foram oportunamente liquidadas;
- Há valores de impostos em dívida de meses e anos em aberto na contabilidade da FIC e a certidão não os refere;

IV. OUTRAS CONTAS DO ACTIVO

4.1 INVESTIMENTOS N/FINANCEIROS – 13.541 cts (VAq 58.754 cts – Dep. 45.213 cts)

- A. F. TANGÍVEIS: as aquisições do ano foram irrelevantes: 346 cts
- DEPRECIACÕES: As depreciações são registadas no final de cada ano. As taxas utilizadas conferem com as da portaria nº 42/2015.

4.2 CLIENTES – 2.184 cts (3.210 cts - 1.026 cts)

- Como referido acima, não tenho havido actividade de exploração praticamente não houve facturação em 2020
- Avaliamos a adequação da imparidade dos créditos sobre os clientes com base em critérios comerciais e fiscais. Foram reconhecidas situações de créditos em imparidade no total de 415 cts (antiguidade de mais de 180 dias):

FIC - ANALISE DIVIDAS CLIENTES/COBRABILIDADE DE 2020												
C/C	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Imparidade Existente	Saldo Líquido	Cobrançabilidade			Proposta Auditoria		
							Sim	Não	Duvidoso	Antiguidade	Imparidade	Saldo Líquido pos Auditoria
CLIENTES C/C EM MOEDA NACIONAIS												
2111100027	ENAPOR, SA	326 811,00	0,00	326 811,00		326 811,00				> 24 meses (100%)	326 811,00	0,00
2111100128	CANAL FUTEBOL CLUBE	151 000,00	112 000,00	39 000,00		39 000,00						39 000,00
2111100299	VARELAC SOCIEDADE UNIPessoal, LDA	230 000,00	0,00	230 000,00		230 000,00						230 000,00
2111100329	GEORGETE ÁGUAS SPORT	4 000,00	0,00	4 000,00		4 000,00				>18 e até 24 meses (75%)	3 000,00	1 000,00
2111100410	UNITEL T+	351 900,00	0,00	351 900,00		351 900,00						351 900,00
2111100567	CVMA/ GMS	529 000,00	0,00	529 000,00	529 000,00	0,00						0,00
2111100694	BAVARO MOTORS	60 000,00	0,00	60 000,00	60 000,00	0,00						0,00
2111100712	RESERMAR CV	21 450,00	0,00	21 450,00	21 450,00	0,00						0,00
2111100730	MILLER CIA CV - SOC. UNIPessoal, LDA	113 850,00	0,00	113 850,00		113 850,00				>6 e até 12 meses (25%)	28 462,50	85 387,50
2111100742	CV INTERLHAS	151 800,00	0,00	151 800,00		151 800,00				>6 e até 12 meses (25%)	37 950,00	113 850,00
2111100743	SAT-SOC ASSIS.TÉCNICA E EQUIPAMENTOS, LDA	75 900,00	0,00	75 900,00		75 900,00				>6 e até 12 meses (25%)	18 975,00	56 925,00
TOTAL CLIENTES NACIONAIS		2 015 711,00	112 000,00	1 903 711,00	610 450,00	1 293 261,00					415 198,50	878 062,50
CLIENTES C/C EM MOEDA ESTRANGEIRAS												
2112100059	AIP	1 302 561,00	0,00	1 302 561,00		1 302 561,00						1 302 561,00
2112100578	HELIFLEX TUBOS E MANGUEIRAS	206 999,00	203 361,00	3 638,00		3 638,00						3 638,00
TOTAL CLIENTES ESTRANGEIROS		1 509 560,00	203 361,00	1 306 199,00	0,00	1 306 199,00					0,00	1 306 199,00
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS 2019					610 450,00							
CONSTITUIÇÃO IMPARIDADE APOS AUDITORIA					415 198,50							
UTILIZAÇÃO IMPARIDADE APOS AUDITORIA					0,00							
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS APOS AUDITORIA					1 025 648,50							



- c) Das dívidas a receber, destaca-se a da AIP (associação industrial portuguesa) de 1.302 cts. Embora esteja em mora há cerca de um ano, não lhe foi reconhecida imparidade pois o cliente propõe-se fazer pagamento tão cedo ultrapasse os constrangimentos impostos pela pandemia

4.3 MEIOS MONETÁRIOS (5.185 cts)

- 4.3.1 CAIXA PEQUENA (10 cts) - Fundo fixo constituído para pagamento de pequenas despesas de valor não superior a 3 cts. O fundo é repostado mensalmente.
- 4.3.2 DEPÓSITOS À ORDEM (5.175 cts) com menos 16.527 cts do que em 31 de Dezembro de 2019. Todas as contas bancárias foram reconciliadas e à data de 31-12-2020 não existiam situações pendentes de registo na contabilidade.

4.4 DIFERIMENTOS (SD = 196 cts; SC = 120 cts)

4.4.1 GASTOS A RECONHECER (196 cts)

Esta conta é utilizada para registar gastos feitos em um exercício, mas que de facto respeitam a exercícios seguintes. O saldo é constituído essencialmente por 186 cts de adiantamentos por conta de serviços de publicidade pagos à RTC em 2018 e 2019 ainda por utilizar.

4.4.2 RENDIMENTOS A RECONHECER (120 cts)

Esta conta é utilizada para registar rendimentos obtidos em um exercício, mas que de facto respeitam a exercícios seguintes. O saldo da conta é referente ao subsídio recebido da CCISS em 2017 para aquisição de quadro elétrico. Este subsídio está a ser imputado a rendimentos na mesma proporção da vida útil do referido quadro.

V. RESULTADOS

5.1 GASTOS

GASTOS	2020	2019	Variação 20/19	%	media mensal	
Gastos C/ Existencias Vend. E Consumidas	0	1 417	-1 417	-100%	0	118
Fornecimento e Serviços Externos	3 701	6 078	-2 377	-39%	308	507
Gastos Com o Pessoal	12 155	13 994	-1 839	-13%	1 013	1 166
Gastos de Depreciação e de Amortização	3 980	4 677	-697	-15%	332	390
Perdas por Imparidades	415	610	-195	-32%	35	51
Provisões	537	537	0	0%	45	45
Outros Gastos / Impostos	13	5	8	157%	1	0
Outros Gastos N/Especificados	18	87	-69	-79%	2	7
Perdas de Financiamento	0	0	0	100%	0	0
	20 819	27 406	-6 587	-24%	1 735	2 284

5.1.1 FORNECIMENTOS e SERVIÇOS EXTERNOS (3.701 cts)

COD	FORNECIMENTO E SERV. EXTERNO	2020	2019	Variação 20/19	%	media mensal	
6211	Água	68	76	-9	-11%	6	6
6212	Electricidade	277	731	-454	-62%	23	61
6213	Combustíveis	67	81	-15	-18%	6	7
6214	Conservação e Reparação	20	40	-20	-50%	2	3
6215	Ferram. E Uten. Desgaste Rápido	5	0	5	100%	0	0
6216	Material de Escritório	76	105	-29	-27%	6	9
6217	Publicidade	0	332	-332	-100%	0	28
6219	Limpeza, higiene e conforto	19	106	-88	-82%	2	9
		530	1 472	-941	-64%	44	123
6220	Crachas, Convites e Complementares	0	231	-231	-100%	0	19
6221	Rendas e Alugueres	1 210	153	1 057	691%	101	13
6223	Eventos Realizados Durante Feiras	0	279	-279	-100%	0	23
6224	Comunicação	441	461	-20	-4%	37	38
6225	Seguros	103	212	-109	-52%	9	18
6226	Trabalhos Especializados	41	168	-127	-76%	3	14
6227	Vigilância e Segurança	190	369	-179	-48%	16	31
		1 985	1 872	113	6%	165	156
6230	Serviços Informática	42	122	-80	-65%	4	10
6231	Transporte de Equipamentos	77	282	-205	-73%	6	23
6232	Transporte de Pessoal	31	43	-12	-28%	3	4
6233	Deslocações e Estadias	52	252	-201	-80%	4	21
6235	Honorários	773	873	-99	-11%	64	73
6236	Contencioso e Notariado	0	9	-9	-100%	0	1
6237	Serviços Bancários	39	49	-10	-20%	3	4
6298	Outros Fornecimentos e Serviços	83	923	-840	-91%	7	77
6299	Outros Fornecimentos	88	181	-93	-51%	7	15
		1 186	2 734	-1 548	-57%	99	228
	TOTAL GERAL	3 701	6 078	-2 377	-39%	308	507

- a) A causa da maior parte das reduções nos gastos com FSE está claramente relacionada com a não realização da FIC 2020. A redução substancial verificada nos gastos com electricidade tem a ver com a mudança dos escritórios da FIC para um espaço menor no centro da cidade.
- b) O grande aumento dos gastos com “Rendas e Alugueres” deve-se ao arrendamento de escritórios na cidade (em 2019 a FIC estava em instalações do estado e não pagava arrendamento). Embora a renda tenha sido paga directamente ao senhorio pelo ministério das finanças, foi feito o registo desses gastos em respeito pelo princípio que determina a necessidade de reconhecimento da plenitude dos gastos incorridos para o funcionamento da empresa.

5.1.2 GASTOS C/PESSOAL (12.155 cts)

Código	GASTOS COM PESSOAL	2020	2019	Variação 20/19	%	media mensal	
631	Remuneração Órgãos Sociais	4 340	4 690	-350	-7%	362	391
63101	Ordenados	4 340	4 690	-350	-7%	362	391
632	Remunerações do Pessoal	6 422	7 405	-983	-13%	535	617
63202	Salários	5 439	5 974	-535	-9%	453	498
63203	Horas Extras	61	37	24	64%	5	3
63204	Ajudas Custo	13	263	-250	-95%	1	22
63205	Prémios e Gratificações	0	113	-113	-100%	0	9
63206	Subsídio Trab.Noturno	292	316	-24	-8%	24	26
63207	Subsídios	546	592	-46	-8%	46	49
63208	Subsídio e Compensação Férias	0	34	-34	-100%	0	3
63211	Abono para Falhas	70	76	-6	-8%	6	6
635	Encargos sobre Remunerações	1 120	1 623	-504	-31%	93	135
636	Seguros de Acidentes no Trabalho	71	74	-2	-3%	6	6
637	Gastos de Acção Social	0	0	0	#DIV/0!	0	0
638	Outros Gastos c/Pessoal	202	202	0	0%	17	17
TOTAL GERAL		12 155	13 994	-1 839	-13%	1 013	1 166

- a) Os salários foram processados e as folhas de salários encontram-se superiormente autorizadas.
- b) Constatamos que, embora sejam incluídos na folha de vencimentos, os administradores não executivos *são tratados como prestadores de serviços* (retenção do IRPS à taxa de 15%), contrariando o estabelecido no artigo 2º nº 1 alínea b) do CIRPS, que estabelece que as remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais sejam consideradas *rendimentos do trabalho dependente* e sujeitas à tabela de retenção de impostos, aplicável aos outros trabalhadores.

5.1.3 GASTOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (3.980 cts): ver alínea b) da nota 4.1 acima.

5.1.4 PERDAS POR IMPARIDADES (415 cts): ver alínea b) da nota 4.2 acima.

5.1.5 PROVISÕES (537 cts) – ver alínea c) da nota 1.3.2 acima

5.2 RENDIMENTOS

5.2.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (96 cts)

COD	RENDIMENTOS	2020	2019	Variação 20/19	%	media mensal	
721	ALUGUER STAND	0	14 124	-14 124	-100%	0	1 177
72111	STAND INTERIOR	0	14 124	-14 124	-100%	0	1 177
72114	STAND EXTERIOR	0	0	0	#DIV/0!	0	0
722	MOBILIÁRIO	0	491	-491	-100%	0	41
7221	MOBILIÁRIO C//IVA	0	491	-491	-100%	0	41
723	ALUGUER ESPAÇO INTERIOR/EXTERIOR	96	2 087	-1 992	-95%	8	174
724	BILHETEIRA	0	494	-494	-100%	0	41
725	SERVIÇOS SECUNDÁRIOS	0	20	-20	-100%	0	2
726	ORGANIZ/MONTAG/DESMONTAG. EVENTOS	0	0	0	#DIV/0!	0	0
727	PATROCÍNIOS/PARCEIRIAS FEIRAS	0	3 522	-3 522	-100%	0	293
TOTAL PRESTAÇÕES SERVIÇOS		96	20 738	-20 642	-100%	8	1 728

- a) Como já referido, a não realização da FIC 2020 implicou a não realização de rendimentos nesse exercício.
- b) Comparamos os valores da conta de prestação de serviços registados na Contabilidade e os da Gestão Comercial e não constatamos diferença.

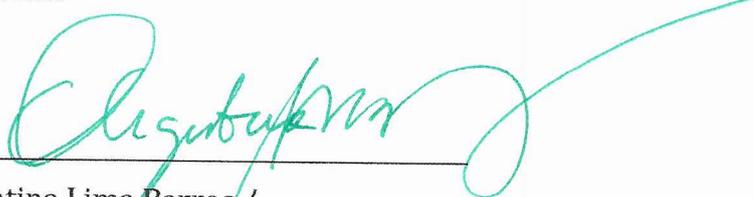
5.2.2 OUTROS RENDIMENTOS (1.645 cts)

COD	RENDIMENTOS	2020	2019	Variação 20/19	%	média mensal	
74	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	1 490	300	1 190	397%	124	25
741	SUBS. DO ESTADO E OUT.ENTES PÚBLICOS	1 490	300	1 190	397%	124	25
7816	OUTROS RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	0	0	0	#DIV/0!	0	0
	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	0	0	0	#DIV/0!	0	0
782	DESCONTOS PRONTO PAGTO OBTIDOS	0	0	0	#DIV/0!	0	0
7882	EXCESSO ESTIMATIVA IMPOSTO	0	0	0	#DIV/0!	0	0
7883	IMPUTAÇÃO SUBSÍDIOS P/INVESTIMENTO	80	80	0	0%	7	7
7886	ALCATIFAS E OUTROS ACESSÓRIOS	75	505	-430	-85%	6	42
7888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	0	1	-1	-100%	0	0
	OUTROS	155	586	-432	-74%	13	49
TOTAL OUTROS RENDIEMNTOS		1 645	886	758	86%	137	74

- a) 1.490 cts de subsídios de exploração concedidos pelo Estado à FIC:
- 1.210 cts de renda do escritório de Fevereiro a Dezembro de 2020 e
 - 280 cts do serviço de auditoria as contas do ano de 2020.

Mindelo, 6 de Abril de 2021

A CONFIRA



/Argentina Lima Barros /

Auditora Certificada – Cédula 003 da OPACC

EXMOS SENHORES
ACCIONISTAS DA FIC - ZONA FRANCA COMERCIAL DE CABO VERDE, SA
MINDELO - SÃO VICENTE

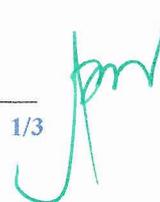
OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

OPINIÃO COM RESERVA

1. Enquanto auditores externos da FIC, inteiramo-nos da actividade desenvolvida pela sociedade no ano de 2020, verificamos a regularidade dos seus registos e livros contabilísticos e respetiva documentação, procedemos às inspeções que consideramos necessárias nas circunstâncias, tendo obtido da sua administração todas as informações e esclarecimentos que lhes foram solicitados.
2. Examinamos as Demonstrações Financeiras reportadas a 31/12/20 constituídas pelo Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Demonstração das Alterações do Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e o ANEXO, das quais constam os seguintes valores relevantes: activo líquido: 25.484 cts; passivo total: 37.619 cts; capital social realizado: 16.000 cts; capital próprio: 12.134 cts negativos e resultado líquido do exercício de 2020 (prejuízos) de (19.079 cts).
3. É nossa opinião que, excepto no que respeita à distorção que resultaria do efeito nas contas da matéria referida no parágrafo 4 a seguir, as demonstrações financeiras da FIC, mencionadas no parágrafo 2 acima, foram estabelecidas em conformidade com o normativo nacional SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro e representam de forma verdadeira e apropriada, em todos os seus aspetos materialmente relevantes, a situação financeira da sociedade a 31 de Dezembro de 2020 bem assim os resultados obtidos no exercício.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVA

4. DÍVIDAS FISCAIS – As dívidas fiscais anteriores a 2016 registadas pela FIC somam 21.223 cts. Acresce a existência de uma provisão de 3.328 cts, constituída há já alguns anos para eventuais juros de mora que possam vir a ser cobrados pela DNRE. Reservamos a nossa opinião sobre esta matéria, porque não obtivemos informação necessária e suficiente para formar uma opinião fundamentada sobre a real situação da dívida fiscal da FIC porque o montante da dívida e acima de tudo o seu detalhe e antiguidade diferem de forma significativa, conforme a fonte de informação - FIC ou RFSV. Segundo informação da FIC, a RFSV não se tem mostrado disponível para que fosse feita uma análise aprofundada do processo e subsequente reconciliação e acertos, afim de se apurar a situação real no final do ano: natureza dos impostos, antiguidade e montante. É por isso nossa convicção que, a provisão existente para cobertura de juros de mora a serem debitados pela RFSV, corresponde a menos de metade da quantia que poderá vir a ser exigida pela RFSV se se aplicar as taxas previstas na legislação em vigor sobre dívidas fiscais em atraso (0,45% ao mês).



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DA CONFIRA

5. A CONFIRA declara que é uma entidade totalmente independente da FIC SA e que desenvolveu o seu trabalho de acordo com os princípios éticos previstos no código de ética e deontologia profissional dos Contabilistas e Auditores Certificados estabelecido pela Ordem dos Contabilistas e Auditores Certificados de Cabo Verde (OPACC).

INCERTEZAS RELACIONADAS COM A CONTINUIDADE DA SOCIEDADE

6. O efeito dos prejuízos acumulados nos últimos anos faz com que a 31/12/2020, o CAPITAL PRÓPRIO da sociedade se tenha tornado negativo, colocando-a em estado de falência técnica que exige posicionamento da sua administração e dos seus acionistas.
7. O conjunto de imóveis onde a FIC tinha a sua sede em São Vicente e onde eram realizadas as FEIRAS INTERNACIONAIS (evento de maior relevo da sociedade e que lhe assegura a totalidade dos seus rendimentos) foi cedido pelo Estado a um investidor estrangeiro. Não há ainda decisão sobre onde as feiras passarão a ser realizadas nessa ilha e por isso não se sabe se o novo local será adequado para a realização das feiras futuras nas melhores condições
8. A pandemia da COVID19 que assolou o país e o mundo em 2020 e que ainda continua muito activa, inviabilizou a realização da FIC 2020 e a sociedade não realizou quaisquer rendimentos. Os prejuízos de 19.000 cts correspondem na sua quase totalidade aos gastos ocorridos. É provável que a mesma situação se venha a repetir em 2021. A acontecer, tornar-se-á praticamente impossível a sobrevivência da sociedade até porque estima-se que a tesouraria disponível no final de 2020 apenas assegure o pagamento dos gastos mínimos de funcionamento de um máximo de 5/6 meses.

MATÉRIAS RELEVANTES PARA A AUDITORIA

9. CAPITAL SOCIAL E ACCIONISTAS

- a) A FIC SA foi constituída no ano de 2000 com um capital social de 20.000 contos subscrito pelo ESTADO (80%) e na altura pelo IADE (20%). Atualmente o acionista é a CVTI, entidade que «herdou» a atividade antes desenvolvida pelo IADE e conseqüentemente a participação na FIC. Embora os estatutos da sociedade refiram no seu artigo 4 que o capital social estava integralmente realizado em dinheiro à data da constituição, tal afirmação não correspondia à realidade.
- b) A realização da participação do acionista ESTADO foi sendo feita ao longo dos anos. No exercício de 2014, por encontro de contas com a dívida de impostos, da FIC, foi acordada a realização final da participação do ESTADO, mas as partes não se entenderam quanto ao montante efetivamente em dívida, tendo ficado um saldo pendente de 300 cts. Posteriormente, a FIC utilizou 4.000 cts das suas dívidas fiscais para regularizar os saldos ainda pendentes nas contas dos acionistas – 3.700 do IADE e os 300 cts do ESTADO – saldando as contas. Contudo, porque não obtivemos evidência de autorização expressa da DNRE para esta última operação, recomendamos a sua anulação, ficando novamente em aberto 4.000 cts de capital social por realizar.
- c) Fica assim evidente que 20 anos depois da constituição da sociedade e estando o Estado prestes a ceder às Câmaras de Comércio e de Turismo a sua posição social na FIC, o C. Social da sociedade não está totalmente realizado.



10. DIVIDA À EXPOMUNDO

O crédito desse fornecedor ascende a 6.321 cts (saldo por pagar de uma fatura de fornecimento de equipamentos para FEIRAS em 2015). Em resposta ao nosso pedido de confirmação de saldos, o advogado do fornecedor informou-nos que *já se encontra mandatado advogado em Cabo Verde para apresentar o processo em Tribunal, apenas se ficando a dever à pandemia que assolou o mundo, este atraso na demanda incluindo a penalização constante do contrato, a qual igualmente irá ser exigida judicialmente.* O reconhecimento desses juros, a título de provisões, já monta a cerca de 3.000 cts

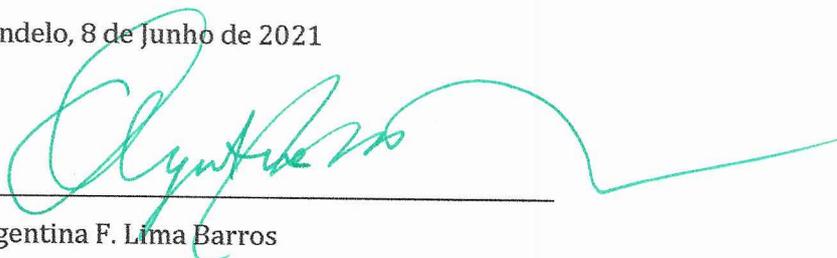
RESPONSABILIDADES DA GERENCIA

11. É da responsabilidade da gerência da FIC SA a preparação e apresentação de forma verdadeira e apropriada das suas demonstrações financeiras de acordo com o SNCRF (sistema de normalização contabilística e de relato financeiro) e subsidiariamente das NIRF (normas internacionais de relato financeiro) bem a) assim pela implementação de um sistema de controlo interno que considere necessário para possibilitar a preparação dessas DF, isentas de distorção material devido a erro ou fraude.

RESPONSABILIDADES DOS AUDTORES

12. A nossa responsabilidade, enquanto auditores independentes, é expressar uma opinião sobre as DF da sociedade, com base na auditoria por nós realizada. O exame a que procedemos foi executado de acordo com os ISA (Normas Internacionais de Auditoria) emitidas pelo IFAC – International Federation of Accountants, os quais exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as DF estão isentas de distorções relevantes.
13. Os procedimentos de auditoria utilizados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das DF. O auditor tem em consideração o controlo interno da entidade auditada mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a sua eficácia. A auditoria das contas inclui: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte dos valores constantes nas DF e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizados na sua preparação (ii) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e (iii) a apreciação de ser ou não adequada a apresentação das demonstrações financeiras.
14. É nossa convicção que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para nos proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa opinião, com a reserva de âmbito, referidas nos parágrafos respectivos.

Mindelo, 8 de Junho de 2021



Argentina F. Lima Barros

AUDITORA CERTIFICADA PELA OPACC (CEDULA 003)